



1 **ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 031/2025 DO CONSELHO**
2 **MUNICIPAL DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.** Realizada na
3 modalidade online, no dia 23 de abril de 2025, às 14h, com a participação da
4 representantes da Secretaria Executiva Sras. Claudia Ursini, Pamela Barbosa e
5 Lorena Rodrigues e os demais participantes relacionados a seguir:
6 **Representantes do Governo:** 1. Amanda Rezende Silva de Oliveira (Secretaria
7 Municipal de Saúde); 2. Zilma Adélia Soares Lopes (Secretaria Municipal de
8 Educação). **Representantes da Sociedade Civil:** 1. Tamires Moreira Regino
9 (Representante de pessoa com deficiência); 2. Aline de Oliveira Duarte
10 (Profissional Especializado); 3. Sandra Miranda (Profissional Especializado); 4.
11 Roselene Alexandre Reis (Pessoa com Deficiência); 5. Ana Paula Ferreira Gomes
12 Giacomini (Representante de Pessoa com Deficiência). **Convidados:** 1. Alexandra
13 **Justificaram ausência:** 1. Gizele Cristina Teixeira Araújo (Secretaria Municipal de
14 Bem Estar Social). **Para deliberarem sobre as seguinte pautas:** 1. Plano de
15 Ação – Apresentação da prévia das propostas por cada eixo (grupo); 2. Denúncia
16 da Sra. Jaqueline; 3. Calendário de datas importantes para publicização na
17 ASCOM. **Desenvolvimento:** **Pauta 1:** Foi realizada a apresentação da prévia das
18 propostas por eixo (grupo), como parte do Plano de Ação. A Sra. Amanda iniciou a
19 pauta e apresentou proposta referente às denúncias recebidas, sugerindo que
20 sejam encaminhadas por e-mail, seguidas da elaboração de ofício direcionado à
21 instituição competente. Ressaltou que o Conselho não deve julgar condutas de
22 profissionais ou instituições, pois isso prolonga desnecessariamente as plenárias. A
23 intenção é que o Conselho atue como colaborador na busca por melhorias, não
24 como opositor. A Sra. Lorena questionou se os e-mails com denúncias devem ser
25 enviados a todos os conselheiros ou apenas à mesa diretora. A Sra. Amanda
26 consultou a Sra. Claudia Ursini, que sugeriu a criação de uma comissão para
27 acompanhamento, caso as denúncias se tornem constantes. A Sra. Amanda
28 explicou que a ouvidoria possui mais poder institucional que o Conselho e que o
29 encaminhamento deve ser feito ao setor responsável. A Sra. Amanda apresentou
30 um formulário elaborado para coletar dados das escolas, incluindo nome da escola,
31 direção, número de alunos, número e especificação dos alunos com deficiência,
32 presença de intérprete de Libras, formação inclusiva dos professores, estrutura



CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA/MG

33 física, dentre outros. Informou que a Sra. Aline solicitou a inclusão de dados sobre
34 altas habilidades, porém, explicou que essa condição não é reconhecida como
35 deficiência. Ressaltou que o formulário é ferramenta essencial para fundamentar
36 futuras cobranças da gestão pública e sugeriu visitas às escolas para análise da
37 infraestrutura. A Sra. Aline reforçou a importância de obter dados sobre altas
38 habilidades neste momento. A Sra. Amanda explicou que o CMDPCD deve atuar
39 restritamente nas demandas referentes às pessoas com deficiência, conforme
40 orientação do Conselho Estadual. A Sra. Tamires levantou a questão de como
41 incentivar pais e mães a responderem ao questionário. A Sra. Amanda explicou o
42 processo de captação de dados. A Sra. Tamires compartilhou experiência pessoal
43 sobre mudança de escola de seu filho por falta de acessibilidade e destacou a
44 necessidade de ouvir a sociedade para criar políticas públicas eficazes. A Sra.
45 Tamires questionou se treinamentos estariam contemplados no formulário, e a Sra.
46 Amanda confirmou que sim, informando que as solicitações podem ser feitas junto
47 às propostas dos conselhos. A Sra. Tamires sugeriu que os treinamentos sejam
48 realizados diretamente no Centro de Atenção Integrada à Saúde - CAIS. A Sra.
49 Amanda confirmou que houve capacitação no ano anterior e que haverá
50 novamente, sendo todos os conselheiros favoráveis. A Sra. Zilma considerou o
51 formulário muito útil e destacou que parte das informações já está sendo
52 trabalhada pela Secretaria de Educação. Falou sobre a importância da colaboração
53 entre gestão, sociedade civil e demais setores. A Sra. Amanda reforçou o
54 comprometimento da gestão atual com a pauta da pessoa com deficiência. A Sra.
55 Tamires perguntou se o formulário contempla crianças fora do zoneamento escolar.
56 A Sra. Amanda respondeu que isso depende dos responsáveis e sugeriu que as
57 mães formalizem denúncias. A Sra. Zilma afirmou que pode incluir essa questão no
58 formulário, respeitando os critérios legais. A Sra. Tamires reforçou a necessidade
59 de representação das mães no Conselho. A Sra. Roselene apresentou as
60 propostas do eixo de mobilidade e acessibilidade urbana, relatando dificuldades
61 com a padronização e manutenção dos pisos táteis na orla da lagoa, rebaixamento
62 de esquinas, remoção de obstáculos e acessibilidade em lojas. A Sra. Amanda
63 sugeriu agendar reunião com a Secretaria de Obras. A Sra. Roselene ainda sugeriu
64 construção de banheiros acessíveis, capacitação de motoristas escolares,



CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA/MG

65 campanhas educativas e oficinas escolares sobre acessibilidade. A Sra. Aline
66 apoiou a iniciativa. A Sra. Roselene ressaltou a necessidade de cobrança assertiva
67 por meio de relatórios pontuais. Referente ao eixo sobre a inserção de pessoas
68 com deficiência no mercado de trabalho, a Sra. Claudia Cristina iniciou sua fala
69 destacando a importância da obtenção de dados, geralmente disponibilizados por
70 meio do sistema de cotas. Sugeriu a criação de um cadastro e uma parceria com o
71 Sistema Nacional de Emprego - SINE. Ressaltou que, embora existam vagas
72 destinadas a pessoas com deficiência, há uma preferência por candidatos com
73 deficiência física, em detrimento de outras deficiências, como a mental. Enfatizou
74 que, ao ofertar vagas, é necessário pensar em adaptações, pois as pessoas com
75 deficiência têm capacidade de exercer funções, mas muitas vezes não encontram
76 ambientes adequados. Sugeriu que as empresas tenham um responsável
77 designado para a inclusão de pessoas com deficiência, além de manterem banco
78 de currículos e realizarem entrevistas. Destacou, ainda, que a divulgação dessas
79 oportunidades é fundamental. Foram compartilhadas experiências com processos
80 de inclusão, destacando-se que, em algumas situações, a família acompanha a
81 pessoa com deficiência na primeira entrevista. É realizado um perfil individualizado,
82 identificando a vaga mais adequada. Defendeu-se a necessidade de parceria entre
83 família e empresa, bem como o aumento no número de vagas ofertadas. Destacou-
84 se, também, que é comum que algumas empresas contratem apenas com o intuito
85 de cumprir a cota legal. A Sra. Roselene complementou, afirmando que a família
86 também deve ser trabalhada, pois muitas vezes impõe limitações ao PCD.
87 Enfatizou que a interação social promove o desenvolvimento da pessoa com
88 deficiência e parabenizou a fala da Sra. Claudia Cristina. A Sra. Claudia Cristina
89 acrescentou que há pacientes da APAE que recebem salários superiores ao salário
90 mínimo, e que isso depende do interesse e da parceria com as empresas. A Sra.
91 Zilma relatou que realizou visitas a escolas especiais em Porto Alegre e que entrou
92 em contato com a Sra. Claudia para tratar da criação de uma política pública
93 inclusiva, tanto com ações imediatas quanto de forma permanente. Ainda, a Sra.
94 Claudia Cristina destacou que a Prefeitura oferece cursos por meio do Centro
95 Vocacional Tecnológico - CVT e sugeriu a reserva de um número específico de
96 vagas para pessoas com deficiência, garantindo que as disciplinas sejam



CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA/MG

97 acessíveis. A Sra. Amanda mencionou que há poucos servidores com deficiência
98 física na Prefeitura, sendo a Sra. Roselene a única no Centro Administrativo. A Sra.
99 Tamires questionou se o programa Jovem Aprendiz contempla pessoas com
100 deficiência. Em resposta, a Sra. Claudia Cristina afirmou que sim, mas esclareceu
101 que essas vagas não entram no sistema de cotas, ficando a critério da empresa. A
102 Sra. Tamires sugeriu ações de capacitação para inclusão dos jovens aprendizes,
103 ao que a Sra. Claudia Cristina respondeu que seu trabalho é direcionado
104 exclusivamente ao público adulto. A Sra. Amanda, no entanto, reforçou a relevância
105 da capacitação mencionada e solicitou à Sra. Claudia Cristina que considerasse
106 incluir esse público também. Todos os presentes concordaram com os
107 apontamentos feitos pela Sra. Claudia Cristina. A Sra. Amanda comentou que não
108 houve definição de um responsável pelo eixo da saúde, embora ela tenha
109 apresentado alguns apontamentos a partir de sua vivência profissional na área.
110 Reforçou que seria ideal que outro conselheiro ficasse responsável pelo eixo, a fim
111 de garantir a imparcialidade. Ressaltou os principais gargalos: dificuldades no
112 acesso às vagas, necessidade de servidores mais empáticos e cordiais, e
113 despreparo das unidades de saúde para o atendimento adequado de pessoas com
114 deficiência, resultando em encaminhamentos diretos para a atenção secundária,
115 como a APAE ou o CAIS. Apontou que o atendimento, especialmente às crianças, é
116 muitas vezes frio e sem acolhimento, o que gera retraimento e encaminhamentos
117 errôneos, principalmente no caso do Transtorno do Espectro Autista - TEA.
118 Destacou a importância de uma atuação proativa da gestão e a necessidade de
119 que os casos discutidos pelo conselho sejam embasados em dados e
120 mapeamentos. Informou que já conversou com o Secretário de Saúde e o convidou
121 para a plenária deste conselho, tendo este se prontificado a agendar uma data. A
122 Sra. Ana Paula se dispôs a representar o eixo da saúde, sendo acompanhada
123 pelas Sras. Roselene, Aline e Zilma. A Sra. Amanda sugeriu a solicitação de
124 plenárias extraordinárias, com o objetivo de dar continuidade ao trabalho do
125 conselho. Em relação ao eixo da saúde, a Sra. Amanda informou que ninguém
126 havia assumido esse eixo, mas compartilhou apontamentos com base em sua
127 experiência como profissional da saúde. Destacou a falta de preparo das unidades
128 para atendimento a PCDs, a necessidade de rede integrada e a importância de



CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA/MG

129 mapeamento de dados. A Sra. Ana Paula, a Sra. Roselene, a Sra. Aline e a Sra.
130 Zilma se dispuseram a representar o eixo da saúde. Todos os presentes
131 concordaram com a proposta de mapeamento apresentada. **Pauta 2:** Foi debatida
132 a denúncia da Sra. Jaqueline, a qual foi encaminhada por e-mail. A Sra. Amanda
133 propôs o envio de ofício à APAE e reafirmou que o papel do Conselho é fiscalizar e
134 propor melhorias, sem prejudicar os profissionais. A Sra. Claudia Cristina, enquanto
135 representante da APAE, comprometeu-se a acolher a denúncia e adotar as
136 providências cabíveis. Todos concordaram com o procedimento. **Pauta 3:** No
137 ponto sobre o calendário de datas importantes para divulgação na ASCOM, a Sra.
138 Amanda solicitou voluntário para resumir as datas comemorativas. A Sra. Roselene
139 destacou a importância de priorizar datas pertinentes à pessoa com deficiência. A
140 Sra. Amanda se prontificou a realizar essa tarefa e informou que a modalidade
141 online para reuniões extraordinárias será priorizada por favorecer a participação
142 dos conselheiros. A Sra. Roselene compartilhou reunião de grupo de pessoas com
143 deficiência com a Secretaria de Bem-Estar Social e Secretaria de Lazer e Cultura,
144 que se comprometeram a fazer melhorias nos eventos. Informou que o CVT está
145 disponível para plenárias mediante agendamento. A Sra. Amanda informou sobre
146 sua participação no Conselho Estadual e nas tratativas para obtenção de fundo
147 para pessoas com deficiência no município. Informou que o Secretário de Saúde
148 autorizou capacitação de profissionais para atendimento mais humanizado e
149 acessível. A Sra. Tamires perguntou sobre a Conferência, sendo informado pela
150 Sra. Amanda que ela foi eleita delegada para a Conferência Estadual. Encerrada a
151 reunião, todos os presentes manifestaram concordância com os apontamentos
152 realizados. Nada mais havendo a ser discutido, eu, Lorena Rodrigues, encerro a
153 presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos participantes.

154 Amanda Rezende Silva de Oliveira _____

155 Zilma Adélia Soares Lopes _____

156 Tamires Moreira Regino _____

157 Claudia Cristina Francisco _____

158 Sandra Miranda _____

159 Aline de Oliveira Duarte _____



**CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA/MG**

- 160 Roselene Alexandre Reis _____
- 161 Claudia Ursini Queiroga _____
- 162 Pamela Barbosa _____
- 163 Lorena Rodrigues Vasconcelos de Paula _____